



Fernando Henrique: bom momento.

Volta a luta pelos quatro anos

O enfraquecimento do Centrão e a persistente falta de iniciativa do Governo para resolver os problemas econômicos estimulam os setores progressistas do PMDB a retomar a tese dos 4 anos de mandato para o presidente Sarney, já que nas últimas votações os grupos de esquerda estão derrotando com larga margem o Centrão. O senador Fernando Henrique Cardoso está articulando nova mobilização para reduzir o mandato de Sarney nas disposições transitórias, cuja votação deve ocorrer dentro de 3 semanas.

O presidente Sarney recebeu um cheque em branco da maioria dos constituintes mas não correspondeu à expectativa, nenhuma nova iniciativa foi adotada na área econômica, a inflação continua em alta e a negociação da dívida externa emperrada, afirmou o senador Fernando Henrique Cardoso. Os empresários, que ajudaram a aprovar os 5 anos, estão se conscientizando do erro e reclamam contra a estagnação, acha o senador paulista, que tem mantido contatos com o setor para avaliar a receptividade dos 4 anos de mandato. Há dias, Fernando Henrique conversou com Jorge Gerdau Johanpeter e notou que os empresários continuam insatisfeitos com o governo Sarney.

"Com mais 2 anos do governo Sarney e o primeiro do seu sucessor, período em que uma administração começa a deslanchar, serão mais 3 anos de estagnação e a economia brasileira não resiste", observou Fernando Henrique. Lembrou que o senador Albano Franco fez discurso cobrando a ação do governo após o voto de confiança da aprovação dos 5 anos, e até agora não houve resposta. O empresariado continua insatisfeito e o Centrão se desmoronou. "É tempo de o PMDB arregimentar suas forças com a dos outros partidos para vencer nas disposições transitórias", disse o senador paulista.

Para Fernando Henrique, é preciso convencer Ulysses Guimarães de que a salvação da unidade do partido é o empenho para reduzir o mandato de Sarney, que seria melhor se fosse por decisão da convenção nacional. Além do desprestígio continuado, o governo não terá mais forças para repetir as pressões feitas na votação do mandato em caráter permanente, quando ministros e governadores se lançaram sobre a Constituinte, observou Fernando Henrique Cardoso: "Eu já estive cético sobre os 4 anos, mas não estou mais", confessa o senador paulista.

Concordando com isso, o deputado Lúcio Alcântara, presidente do PFL cearense, disse ontem: "Há sinais de que cresce o número dos constituintes que votarão pelos quatro anos para o presidente José Sarney".

Ele deu os indícios da mudança: "A bancada evangélica derrotou o substitutivo do Centrão, pelo que pode se afastar do governo. A bancada do Ceará rompeu e há indicações de que o governador do Paraná, Alvaro Dias, se encontra cada dia mais insatisfeito com o não atendimento de seus pedidos junto ao Governo Federal".



As decisões que discriminam o capital estrangeiro foram muito mal recebidas em vários setores do empresariado nacional. Sua conclusão é de que o Brasil vai perder, e muito. Algumas de suas opiniões:

"Opção pela pobreza"

(Sérgio Quintela, empresário e membro do Conselho Monetário Nacional.)

"Populismo primário e retrógrado"

(Miguel Reale, jurista.)

"Cavam a própria sepultura"

(Daniel Iochpe, vice-presidente do Grupo Iochpe.)

"Esta é uma opção pela pobreza", disse ontem, no Rio, o empresário Sérgio Quintela, do Conselho Monetário Nacional, ao comentar a decisão da Constituinte de nacionalizar a exploração dos recursos minerais e de energia hidráulica em todo o território nacional.

"No momento em que o mundo vive um cenário marcadamente de tendência liberal, em que os mercados canadense, o europeu e agora o asiático são instrumentos de captação do capital estrangeiro, a Constituinte, com essa decisão, coloca o Brasil no mundo da década de 50, com um nacionalismo retrógrado, que vai ampliar ao invés de diminuir a pobreza do País", acrescentou o empresário.

"O que foi aprovado é deplorável tanto no conteúdo quanto na forma, pois os textos padecem de um mínimo de rigor técnico", apontou o jurista Miguel Reale. "Numa época em que até mesmo os países comunistas se abrem para o capital estrangeiro, inclusive procurando atrair as multinacionais, nós nos trancamos", Reale julga que por causa desse "populismo primário e retrógrado" o País pode ficar sem a presença "fecunda e necessária" das empresas estrangeiras, que "nos ajudam a resolver o angustiante problema da geração de empregos".

A proibição da presença de firmas estrangeiras na exploração dos recursos minerais vai simplesmente "aumentar a renda das testas de ferro", segundo Carlos Alberto Primo Braga, professor

de Economia Internacional da USP.

"Foram decisões altamente prejudiciais ao País, e até inexecutableis, que estimularão a 'trampa'", afirmou o vice-presidente do conselho de administração da Companhia Iochpe de Participações, "holding" do grupo Iochpe, Daniel Iochpe.

"Foi um absurdo, um contrassenso absoluto, que caracteriza a imaturidade e o fisiologismo desses brasileiros que, pensando nos seus interesses imediatos, cavam a própria sepultura", enfatizou o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, César Rogério Valente. Estas foram algumas das condenações incisivas feitas ontem, em Porto Alegre, sobre a decisão da Constituinte de fechar ao capital estrangeiro a exploração de todos os recursos minerais e hídricos, o transporte marítimo de petróleo e derivados, e o transporte de petróleo e gás natural por condutos.

O presidente da Federação das Associações Comerciais, César Rogério Valente, lamentou que as decisões da Constituinte não foram adotadas apenas pela ação dos grupos de esquerda, "mas também com a ajuda de alguns setores empresariais que defendem os seus 'cartórios', como os de informática e mineração".

As recentes decisões da Constituinte no capítulo da Ordem Econômica representam uma "recalada nacionalista ultrapassada e deletéria aos interesses nacionais", opinou o diretor da Funda-

ção Getúlio Vargas de São Paulo, Marcos Cintra Cavalcante de Albuquerque.

Há tempo

Ainda há tempo para que os constituintes reflitam e consolidem, no segundo turno de votação, um texto constitucional que aponte um modelo econômico, social e político viável, que preserve os interesses do País, sem colocá-lo na contramão. Esta é a expectativa de alguns empresários de São Paulo, inclusive um representante de multinacional, que se mostram preocupados com a provável fuga de investimentos em decorrência da discriminação em relação ao capital estrangeiro. As opiniões, no entanto, divergem em alguns aspectos, expressando um pouco do que Paulo Francini, um dos vice-presidentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), resumiu numa frase sobre a Constituinte: "Ela reflete os contrastes do Brasil, em que a espezteira convive com a burrice".

A partir dos conceitos de empresa (brasileira e estrangeira) introduzidos pela nova Constituição, segundo Carlos Eduardo Uchoa Fagundes, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Iluminação (Abiluz), "é possível que o Brasil continue deitado em berço esplêndido por muito mais tempo. Nós deveríamos dar mais abertura para o capital estrangeiro, para que desta forma possamos nos beneficiar do avanço tecnológico, inclusive na

exploração de nossos recursos minerais".

A nacionalização da pesquisa e exploração dos recursos minerais, segundo Francini, revela os contrastes do País, onde o pensamento moderno coexiste com o lema da década de 50, como "yankees go home (fora, americanos)". Enquanto o mundo caminha para a abertura ao mercado internacional, diz Francini, o Brasil anda no sentido oposto. "As pessoas no Exterior se surpreendem quando vêem que estamos discutindo a nacionalização dos postos de gasolina. E mesmo que não tenha sido aprovada, demonstra a presença de um pensamento antigo".

Para o empresário José Mindlin é impossível pensar em modernização tecnológica através apenas da pesquisa própria. Em outras palavras, segundo ele, o Brasil não tem recursos para bancar os saltos que a tecnologia deu e dará nos próximos anos. A questão dos contratos de risco José Mindlin considerou "um contrassenso". Afinal, observou o empresário, os contratos de risco vêm dando certo há dez anos. Concluiu dizendo que não sabe de onde virão os recursos para esse tipo de prospecção. Além disso, as últimas decisões aprovadas no capítulo da ordem econômica causam muitas preocupações aos outros empresários, acrescentou.

Já o empresário Ricardo Semler, da Semco do Brasil, observou que a nacionalização do subsolo mostra a atual imagem de Brasília: "É a ilha da fantasia".

Há a possibilidade de acordo e a matéria ser votada na segunda-feira. Mesmo assim, a mobilização é grande: 5.000 membros da UDR prometem ir à Brasília.

REFORMA AGRÁRIA EM NEGOCIAÇÃO

Mesmo com a possibilidade de acordo sobre muitos pontos da reforma agrária, cerca de cinco mil integrantes da UDR (União Democrática Ruralista) estarão em Brasília a partir de segunda-feira para pressionar os constituintes a aprovarem a emenda do Centrão. Durante o final de semana deverão ser concluídas as negociações entre as esquerdas e o Centrão sobre todo o capítulo da reforma agrária, porque há possibilidade de ela ser votada ainda na segunda-feira, em virtude dos acordos feitos para a reforma urbana.

Ontem, mais uma rodada de negociações foi realizada entre os deputados Rosa Prata (PMDB-MG) e Alysson Paulinelli (PFL-MG), pelo Centrão, e Vicente Bogo (PT-RS) e Euclides Scalco (PMDB-PR) pelas esquerdas. E quatro foram os pontos mais discutidos: o artigo que condiciona a garantia da propriedade ao cumprimento da função social; a obrigatoriedade de se atender a quatro itens simulta-

neamente, para que esteja caracterizado o cumprimento da função social da propriedade (ser adequadamente aproveitada, preservar o meio ambiente, observar as disposições que regulam as relações de trabalho e favorecimento do bem-estar do proprietário e dos trabalhadores); a definição da política agrícola e as terras suscetíveis a reforma agrária.

Embora haja consenso sobre alguns dos pontos polêmicos da reforma agrária, os debates devem se acirrar quando forem votadas emendas como a do deputado Fernando Santana (PCB-BA), que prevê que a lei fixará limites à extensão da propriedade privada de terra rural, segundo as regiões e as zonas agrícolas, promoverá e imporá o racional aproveitamento da terra, objetivando a eliminação do latifúndio e a constituição de unidades produtivas, dando prioridade às pequenas e médias propriedades. Outro destaque que poderá dar muita dor de cabeça aos membros do Centrão é o

pedido pelo deputado Tadeu França (PMDB-PR) que estabelece que "não se admitirá propriedade rural de empresas de capital estrangeiro ou a elas associado". Os centristas temem que com a onda nacionalista que assolou o Plenário da Constituinte, a esquerda consiga vencer mais essa batalha.

O primeiro ponto de negociação é o artigo que garante o direito de propriedade do imóvel rural. O texto do Centrão prevê que este direito corresponde a uma função social. O Centrão quer que o direito de propriedade esteja condicionado ao uso correspondente à função social. Mas a tendência de negociação, entretanto, é de que este artigo seja suprimido porque o direito da propriedade já foi garantido no parágrafo oitavo do artigo 6. Os integrantes da UDR querem principalmente a manutenção deste artigo, como reforço para que a terra não seja desapropriada arbitrariamente. O segundo debate, é em relação à

simultaneidade do cumprimento da função social. O Centrão quer que esta palavra seja retirada.

O item que trata da forma de pagamento da indenização das benfeitorias das terras desapropriadas também é objeto de negociação entre os dois grupos. O projeto da Sistematização diz que as benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro. O Centrão não concorda com a expressão úteis e necessárias e quer que o parágrafo fale apenas que as benfeitorias serão indenizadas em dinheiro. Para concordar com a retirada da expressão, a esquerda quer ver garantido no texto que a terra será paga em títulos da dívida agrária.

Nova discussão surge no parágrafo que fala dos imóveis rurais que são insuscetíveis de reforma agrária. O texto do Centrão diz que são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária os pequenos e médios imóveis rurais, definidos em lei, desde que seus proprietários não possuam outro imóvel rural. O Centrão em seguida restringe expressamente a reforma agrária nos pequenos e médios imóveis rurais, na propriedade produtiva e na parte produtiva da propriedade, limitada neste caso a desapropriação ao máximo de 75% da área total, se assim desejar o proprietário. Estes dois itens que o Centrão acresceu à proposta da Sistematização têm sido objeto de muitas divergências.

Geisel prevê "vida curta" para a Constituição

Uma Constituição que peca por ser muito detalhista e tem todos os requisitos para uma "vida curta", assim o ex-presidente Ernesto Geisel analisou os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte ontem ao se reencontrar com parlamentares e ex-ministros de seu Governo durante uma breve estada que agitou o mundo político de Brasília.

Geisel reafirmou observações anteriores dizendo que pelas informações a ele chegadas, dificilmente a nova Carta terá condições de durar o tempo necessário de uma Constituição. O senador Marco Maciel (PFL-PE), considerado um discípulo fiel das ideias de Geisel, admitiu que, como ele, o velho general também vê dias difíceis para o País, embora não abandone o otimismo. "O que devemos fazer é terminar a Constituição o mais rápido possível e encontrar formas de vencer a crise", afirmou.

Ao saber da presença de Geisel na cidade para participar da solenidade de comemoração dos 50 anos de fundação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), o presidente José Sarney convidou-o para uma conversa no Palácio da Alvorada. O ex-presidente transformou-se no grande mudo, resistindo a todas as solicitações de entrevistas à imprensa, mas capaz de sacudir a capital federal, cujas tardes de sextas-feiras costumam sempre ser muito vazias.

No Alvorada, Geisel permaneceu uma hora a portas fechadas com o presidente Sarney, numa conversa que, segundo informou o porta-voz palaciano, Carlos Henrique Santos, foi feita uma avaliação detalhada da situação política e econômica do País. Mais tarde, soube-se que o ex-presidente manifestou completo apoio à decisão do Governo de atacar o déficit público através de várias frentes, entre elas os cortes nos Ministérios. Geisel apoiou também a abertura ao diálogo promovida por Sarney para renegociar a dívida externa.

Ainda no Alvorada, o círculo de amizade e reverência ao ex-presidente ia crescendo na medida em que se tornavam cada vez mais enigmáticas suas conversas. O chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), general Ivan de Souza Mendes, tentou desmistificar o encontro. "É um encontro de amigos, não sei de nenhuma articulação", disse.

No Hotel Nacional, onde ele participou das comemorações dos 50 anos do Conselho Nacional do Petróleo, as especulações em torno de uma possível articulação surgiram devido à presença de parlamentares como Marco Maciel e Jorge Bornhausen. Maciel foi o único que ficou para almoçar, mas disse apenas que gosta de ouvir a opinião do ex-presidente "por ser alguém muito experiente e um excelente observador da realidade brasileira".

No Conselho Nacional do Petróleo — órgão que presidiu no passado —, Ernesto Geisel ouviu, sério, um inflamado discurso do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, com críticas ao atual Governo. Empolgado, Aureliano disparou para todos os lados, atacando os que pregam o "otimismo inconsequente" e o "pessimismo doentio".

Cobrou, ainda, "firmeza e segurança" dos que têm responsabilidade de dirigir o País. E deu um recado duro: "O Governo não é uma vaca que se alimenta no céu e se ordenha na terra", acrescentando que a responsabilidade pesa mais nos ombros dos que comandam o Poder. Muito aplaudido no final, Aureliano não quis dizer a quem estava se referindo especificamente.



Com Sarney: análise do momento atual.